



## MPF denuncia 10 pessoas por suspeita de desvios no sistema S

O Ministério Público Federal denunciou, nesta segunda-feira (10/8), dez pessoas investigadas por desvio de mais de R\$ 2,5 milhões do Serviço Social da Indústria (Sesi). Entre os denunciados estão Robson Braga de Andrade, atual presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A investigação abrange um contrato de patrocínio do projeto Relix Pernambuco 2014, firmado entre o Departamento Regional do Sesi no estado e o Instituto Origami.

Relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) identificaram fraudes ocorridas em processos seletivos e contratos administrativos firmados por diversos departamentos do Sesi e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), segundo o MPF.

De acordo com as apurações, as irregularidades ocorreram em seleções e contratos envolvendo o grupo empresarial da Aliança Comunicação e Cultura Ltda, contratada inicialmente por inexigibilidade de licitação de forma indevida e, posteriormente, por meio da contratação indireta de seus projetos mediante a cooptação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips).

Relatório do TCU apontou que, entre 2010 e 2017, houve o aporte de mais de R\$ 260 milhões por parte do Sesi nos projetos. No entanto, o volume de contratos com os Departamentos Regionais do Sesi de Pernambuco, Paraíba, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Alagoas superaram em muito a média nacional. Somando esses valores às contratações firmadas com o Sesi entre 2002 e 2009 e os convênios com o Ministério do Turismo pactuados pela Oscip Instituto Mundial de Desenvolvimento da Cidadania (IMDC), que tiveram como principal executora a empresa Aliança Comunicação e Cultura Ltda., os contratos ultrapassam R\$ 400 milhões.

### Acusações

Segundo o MPF, Robson Braga de Andrade, atual presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e à época diretor do Departamento Nacional do Sesi; Ricardo Essinger, então diretor Regional do Sesi em Pernambuco; e Ernane Aguiar Gomes, então superintendente do Sesi no estado, realizaram a liberação dos recursos do Relix Pernambuco 2014 sem nenhum tipo de avaliação financeira, pesquisa de mercado ou acompanhamento da execução orçamentária e financeira do projeto, possibilitando o enriquecimento ilícito de terceiros às custas de verba do Sistema S.

O MPF ainda afirma que os denunciados Hebrón Costa Cruz de Oliveira e Romero Neves Silveira Souza Filho, respectivamente presidente e diretor sociocultural do Instituto Origami, uma das Oscips cooptadas no esquema, utilizaram empresas de "fachada" e pagamentos por serviços não realizados na execução do Relix. As investigações ainda apontaram que a Aliança Comunicação e Cultura Ltda., cujos sócios são os irmãos Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva e Lina Rosa Gomes Vieira da Silva, também denunciados pelo MPF, foi a principal destinatária dos recursos alocados no projeto, que foram repassados mediante a emissão de notas fiscais faturadas pela Aliança em favor do Instituto Origami.



Também consta na denúncia que uma parcela dos serviços referentes ao contrato de patrocínio firmado entre o Sesi e o Instituto Origami foi viabilizada mediante contratações realizadas por intermédio da empresa Alto Impacto Entretenimento Ltda., sob a gestão do também denunciado Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva, irmão de Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva e de Lina Rosa Gomes Vieira da Silva. Nessa contratação, foi detectado sobrepreço e conseqüente superfaturamento referente ao valor contratado pelo Sesi.

O MPF destaca ainda que, segundo as apurações, os irmãos Luiz Otávio Gomes Vieira da Silva e Lina Rosa Gomes Vieira da Silva utilizaram, de forma deliberada, empresas para fins de difusão e conseqüente desvio dos recursos destinados à execução do Relix Pernambuco 2014, sob a forma de "taxa de administração" que seria cobrada por essas empresas — é o caso da Idea Locação de Estruturas e Iluminação, que, à época, estava sob o comando do denunciado Júlio Ricardo Rodrigues Neves.

Também é alvo da denúncia o então secretário estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Sérgio Luís de Carvalho Xavier, apontado como articulador para a implantação do Relix em Pernambuco, tendo sido o responsável por apresentar o projeto ao Sesi. Segundo o MPF, foi constatado que pessoa jurídica controlada pelo ex-secretário (SX Brasil Comunicação Digital Ltda.) foi subcontratada pela Aliança Comunicação e Cultura para o desenvolvimento de aplicativo do Relix, que as apurações indicaram ter sido realizado por outra empresa.

Caso sejam condenados pela Justiça Federal pela prática do crime de peculato, a pena aos denunciados pode chegar a 12 anos de reclusão, além do pagamento de multa. O MPF também requer que seja decretada perda de eventual cargo ou função pública exercida pelos envolvidos, bem como a perda de bens acrescidos ao patrimônio em decorrência da prática criminosa e a reparação dos danos causados aos cofres públicos.

## **STJ**

O Superior Tribunal de Justiça, em decisão de 3 de agosto de 2020, negou recurso em habeas corpus interposto por Luiz Otávio Gomes Vieira, Luiz Antônio Gomes Vieira da Silva e Lina Rosa Gomes Vieira da Silva, ratificando acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e confirmando a competência da Justiça Federal para processar o caso.

## **Entidades**

O MPF ainda analisa pelo menos nove projetos financiados pelos departamentos do Sesi, além dos convênios celebrados diretamente entre a União, por meio do Ministério do Turismo, e as entidades sem fins lucrativos investigadas. As Oscips (Instituto Mundial de Desenvolvimento da Cidadania – IMDC, Instituto Origami e Instituto de Produção Socioeducativo Cultural Brasileiro – IPCB) foram contratadas pelos departamentos do Sesi, mas subcontrataram a Aliança para a execução dos objetos celebrados.



"Em síntese, o Ministério do Turismo e os diretórios do Sesi contratavam as Oscips, que terceirizavam a execução dos projetos à Aliança Comunicação e Cultura Ltda., sob a alegação de que esta é quem detém os direitos autorais dos projetos, mas se constatou ao final que, em tese, os valores dos projetos eram muito superiores ao efetivamente gasto com as suas produções e que boa parcela dos recursos foi desviada a empresas fantasmas ou a outras ligadas ao grupo que administra a Aliança Comunicação e Cultura Ltda, para beneficiar esta última ou seus administradores", destaca a procuradora. *Com informações da assessoria de imprensa do MPF.*

Em nota, Sesi e CNI comentaram o caso:

*"A propósito da referida denúncia, é importante esclarecer que a mesma foi oferecida pelo Ministério Público Federal de Pernambuco em abril de 2020, no âmbito da Operação Fantoche. E, também, que a atribuição do Ministério Público Federal, e da própria Justiça Federal, para apresentar denúncia neste processo ainda estão em discussão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).*

*O Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi) informa que o auxílio financeiro que concedeu ao Departamento Regional do Sesi de Pernambuco, para que este patrocinasse o Projeto Relix — que tem por objetivo a realização de ações educativas e culturais junto a alunos e trabalhadores, voltadas para a reciclagem de lixo — seguiu rigorosamente os trâmites e os controles da instituição, além de ter sido fiscalizado e certificado por auditorias externas e demais órgãos de controle.*

*O Departamento Nacional do Sesi esclarece, ainda, que forneceu toda a documentação requerida pelas autoridades competentes, e que seu diretor, Robson Braga de Andrade, prestou todos os esclarecimentos à Justiça.*

*A instituição continua trabalhando no aperfeiçoamento de seus mecanismos de controle e de conformidade, que inclui um amplo programa de compliance, e permanece à disposição para prestar à Justiça os esclarecimentos complementares que se fizerem necessários."*

A Aliança Comunicação também comentou o caso:

*"A Aliança Comunicação e Cultura Ltda., através do escritório de advocacia Rigueira, Amorim, Caribé, Caúla & Leitão, esclarece que há 57 anos atende clientes públicos e privados em todos os estados da federação brasileira. Nas duas últimas décadas, a idealização, criação, curadoria, produção e direção de projetos de democratização do acesso à cultura, aos direitos humanos e à preservação do meio-ambiente, alcançou 10 milhões de brasileiras e brasileiros presencialmente.*

*O Projeto Relix, voltado à educação, arte e tecnologia para a redução da produção de resíduos sólidos e potencialização da coleta seletiva, ao longo de suas 05 edições, atingiu um público de mais de 160 mil pessoas, através de 700 apresentações de teatro, exposições, instalações culturais e performances interativas em escolas públicas e privadas, espaços públicos, teatros históricos e cooperativas de catadoras e catadores, nos estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.*

*Nos últimos 18 anos, a Controladoria Geral da União auditou e aprovou todas as prestações de contas da Aliança Comunicação nos projetos executados junto ao SESI, sem apontar inexecução ou dano ao*



---

*erário. Da mesma forma, todos os projetos tiveram suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas da União. Além disso, no trâmite de captação de patrocínios através da Lei de Incentivo à Cultura, o Projeto Relix passou por criteriosa análise técnico-financeira do Ministério da Cultura.*

*Dito isso, a empresa rechaça veementemente as acusações veiculadas através da mídia, pois a investigação denominada pejorativamente de “Operação Fantoche” foi conduzida por autoridades sem competência jurisdicional e resultou em denúncia criminal que ignora as formalidades legais inerentes aos contratos privados entre o Sistema S e a Aliança Comunicação e Cultura e todas as decisões anteriores do Tribunal de Contas da União.”*

**Clique [aqui](#) para ler a denúncia**

**Clique [aqui](#) para ler a decisão do STJ**

**Processo 0808200-15.2020.4.05.8300**

*Texto atualizado às 21h30 de 10/8, para acréscimo de informações.*

**Meta Fields**